



Interpelação Parlamentar

(A estratégia de defesa e evolução do processo autonómico açoriano no contexto da atual crise económica nacional e internacional)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A Representação Parlamentar do PPM decidiu provocar este debate sobre a definição de uma estratégia de defesa da Autonomia Açoriana porque considera que vivemos, atualmente, uma conjuntura económica, social e política em Portugal que pode romper, ou pelo menos fragilizar, o tradicional consenso existente no país em relação às autonomias regionais.

Os sinais de perigo são, na nossa perspetiva, bastante evidentes. Dia sim e dia sim surgem no pequeno ecrã das nossas casas comentadores políticos que, no âmbito do longo rol das desgraças nacionais, nunca se esquecem de visar as autonomias regionais como mais um fator de despesa e de desequilíbrio orçamental. É certo que a política económica irresponsável de João Jardim não ajuda a imagem das autonomias, mas o tom depreciativo e a desinformação a respeito do papel das regiões autónomas no seio do Estado português é já, com pequenas exceções, um mal nacional amplamente generalizado.



É neste contexto que devem ser interpretados os sinais políticos que nos começam a chegar de Lisboa. Incluir a redução da margem de diferenciação fiscal no âmbito do Memorando de Entendimento foi, no atual contexto, a primeira má notícia. A fragilidade económica das regiões autónomas, devido à sua localização periférica e pequena dimensão do mercado interno, tenderá a acentuar-se num cenário recessivo.

O lógico é que o Governo da República tivesse preservado os mecanismos de diferenciação fiscal para tentar salvar os agentes económicos que desenvolvem a sua atividade num contexto territorial que soma à crise desvantagens relacionadas com as acessibilidades, a exiguidade do mercado interno e uma grande dependência em relação ao abastecimento externo num amplo espectro de produtos.

Assim, a economia regional soma à recessão nacional a pouco oportuna perda de competitividade fiscal. Isto faz algum sentido? Não faz! A inclusão deste género de medidas no Memorando de Entendimento só é compreensível na lógica do preconceito contra as autonomias regionais que tomou conta dos círculos de decisão de Lisboa.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A questão da RTP-Açores é outra questão fundamental a reter. A despesa da RTP-A é insignificante no âmbito das despesas globais do serviço público de rádio e televisão nacionais. A questão da RTP-Açores é um não problema para o país e um grave problema para a Autonomia e para política de identidade dos Açores. Usando os números do Governo Regional, constata-se que a RTP-Açores custa anualmente 9 milhões de euros. Para se ter uma noção de contexto desta verba avanço aqui com as despesas globais anuais das televisões autonómicas espanholas: cerca de 1500 milhões de euros. Ou seja, cada televisão autonómica espanhola custa, em média, 110 milhões de euros. É óbvio que a Espanha tem um problema no âmbito do financiamento das televisões autonómicas e que o Governo da República Portuguesa apenas tem a vontade centralista de inventar um problema.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A Lei das Finanças Regionais, como decorre do Memorando de Entendimento, será revista no próximo ano. Estou absolutamente convencido que nos aguarda um grande combate político para evitar a redução substancial das transferências para a Região provenientes do Orçamento de Estado. Temos, no mínimo, de manter os níveis atuais do compromisso financeiro do Estado e de manter a diferenciação entre a nossa Região e a Região Autónoma da Madeira.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Não será fácil! Por isso o PPM avançou com a proposta de blindar constitucionalmente a lei das finanças regionais. A Região não pode estar dependente de conjunturas partidárias e orçamentais. Os instrumentos de financiamento têm de ser seguros e estáveis.

A natureza decisiva do financiamento estatal decorre da principal fragilidade da nossa Autonomia: a nossa grande dependência económica em relação ao exterior. O nosso orçamento depende em cerca de 53% do exterior (transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia).

Para calcular-mos a dimensão real da nossa dependência face ao exterior teríamos ainda de somar o conjunto de encargos que o Estado mantém em áreas como a justiça, a segurança, a defesa, a Universidade dos Açores, a RTP-Açores, a administração fiscal, a política de apoio social e outras matérias da responsabilidade do Estado.

Considero que a dependência económica da Região face ao exterior é o verdadeiro Calcanhar de Aquiles da nossa Autonomia. Nesta matéria, o Partido Socialista falhou gravemente na sua gestão. Melhoraram-se, ao longo destes 15 anos, muitas infraestruturas e obtiveram-se avanços significativos nas áreas sociais. Onde se falhou foi na construção de uma economia regional mais forte, mais diversificada e menos dependente.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A fragilidade política da nossa Autonomia advém, sobretudo, desse grau de dependência económica. Enquanto não ultrapassarmos estes níveis de dependência, a nossa Autonomia política continuará estreitamente ligada aos ciclos político-partidários e conjunturas orçamentais nacionais.

Temos de crescer. Temos de criar mais riqueza. Temos de criar uma economia forte e mais vasta. Eu acredito que os Açores não estão condenados a manter-se, para todo o sempre, uma economia frágil e muito dependente. Temos recursos e temos gente para fazer muito melhor. O crescimento económico e a diminuição dos nossos níveis de dependência serão, no âmbito do novo ciclo político que já se desenha, os principais objetivos a atingir.

O futuro da nossa Autonomia depende do sucesso que conseguirmos alcançar nestas matérias. A I Autonomia Açoriana, criada em 1895, morreu, justamente, por asfixia económica no quadro de uma grave crise orçamental nacional, algo que, como se sabe, é recorrente na História nacional.

Mas se não quisermos retirar lições da História, olhemos então para a vizinha Espanha. Pela primeira vez, desde a década de setenta, as Comunidades Autónomas espanholas estão dispostas a recuar no seu quadro de competências e a devolver funções ao Estado. O motivo é o mesmo que nos aflige: dificuldades orçamentais para assumir o grande conjunto de competências que gerem na atualidade. Portanto este é de facto o problema que temos de ultrapassar.



Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A outra questão que considero relevante no âmbito da defesa da Autonomia é o aumento da participação cívica na vida política nacional. O constante aumento da abstenção fragiliza o processo autonómico. Considero muito negativo que uma parte significativa da população açoriana se desligue do seu dever de participar nas escolhas coletivas que é necessário realizar.

Cabe aos partidos políticos – sem que isso deixe de responsabilizar individualmente os cidadãos – encontrar fórmulas que motivem as pessoas a participar. Cabe aos partidos políticos fazer a pedagogia necessária para alertar as pessoas para a importância da sua participação. Cabe aos partidos políticos dizer que não existem direitos sem deveres.

Da parte do PPM, o nosso esforço centrar-se-á na abertura das nossas listas e do nosso projeto político à participação plural da sociedade civil. Estamos dispostos a ir mais longe do que alguma vez se foi nesta matéria. Estamos dispostos a dar liberdade de voto aos independentes que concorram nas nossas listas. Estamos dispostos a dar liberdade de projeto no contexto da observância da natureza democrática, cívica, autonómica e ecológica do nosso projeto político.



Para dar resposta à necessidade de participação constante das populações – num mundo repleto de informação e de alterações da conjuntura – estamos dispostos a criar bolsas de eleitores que sufragarão permanentemente as decisões dos deputados que elegeram. Todas as matérias que não estiverem contempladas de forma explícita no Programa Eleitoral serão submetidas a sufrágio junto dos eleitores do partido. Desta forma será possível aproximar o sistema parlamentar da democracia direta que os cidadãos reivindicam com justiça.

Veja-se a situação que estamos a viver. Quem manditou o atual Governo da República para cortar os subsídios de Natal e de Férias? Em que parte do Programa Eleitoral ou do Memorando da Troika estava contemplada esta medida? Se os partidos que ganharam as últimas eleições tivessem destapado a possibilidade de recorrer a esse expediente, os resultados eleitorais teriam sido os que obtiveram?

São questões como estas que legitimam os anseios de tantos cidadãos a reivindicar mais democracia e capacidade de decisão no período que medeia entre os diversos atos eleitorais. O PPM está disposto a avançar neste caminho e com isso esperamos dar o nosso contributo ao aumento da participação cívica dos açorianos. Não tenhamos dúvidas: sem uma participação ativa e numerosa a nossa Autonomia não sobreviverá.



Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Já descrevi aqui aquelas que são as nossas preocupações nas áreas da fragilidade económica e do deficit de participação cívica da nossa Autonomia. Termino com a terceira preocupação que estrutura este discurso: as políticas de identidade açoriana.

Nesta legislatura avançou-se muito pouco nesta matéria. O PPM propôs a criação de seleções desportivas açorianas: a maioria parlamentar socialista chumbou a iniciativa. Propusemos a criação da disciplina de História dos Açores: o PS inviabilizou a iniciativa. Propusemos a criação de um domínio de primeiro nível para os Açores: o PS prepara-se para chumbar a iniciativa. Propusemos a tutela dos órgãos de governo próprio dos Açores sobre a RTP-Açores, o PS prefere que Lisboa continue a mandar. Defendemos a criação de uma polícia regional, o PS nem quer falar do assunto. Em matéria de defesa da identidade, o PS não quer sair das catacumbas da aceitação tácita do centralismo.

Termino este discurso falando do que nos une. Os que nos une é a preocupação de defender a Autonomia. Por isso o PPM está disponível para formar uma frente parlamentar comum para defender o interesse regional nestes tempos tão difíceis.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Da nossa parte não se abrirão brechas, mas que fique claro que o interesse regional não pode ser confundido com o interesse governamental. Quem define o interesse regional somos todos os açorianos. Não existem donos da Autonomia ou inquisidores autonómicos. Todos somos Açores. Todos podemos e devemos dar o nosso contributo na defesa da Autonomia Açoriana.

Pergunto: quais são as prioridades e a estratégia do Governo Regional nesta matéria?

Horta, Sala das Sessões, 18 de Outubro de 2011

O Deputado do PPM

(Paulo Estêvão)